



CURSO DE PSICOLOGIA

Mariana Hintz Moraes

**REFLEXÕES SOBRE A ESCUTA PSICOLOGICA NO ATENDIMENTO DE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Santa Cruz do Sul

2022

Mariana Hintz Moraes

**REFLEXÕES SOBRE A ESCUTA PSICOLÓGICA NO ATENDIMENTO DE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Orientador: Jerto Cardoso da Silva

Santa Cruz do Sul

2022

*A todas as mulheres e psicólogas que me instigaram a re(pensar)
sobre as formas de escutar, existir e resistir do feminino.*

AGRADECIMENTOS

Esse desafio intenso e transformador que foi o percurso acadêmico só se fez possível pela potência dos encontros e das trocas ao longo do caminho.

Agradeço em primeiro lugar a todas as mulheres fortes que cruzaram pela minha vida e me constituíram. Afinal, minha experiência de ser mulher é feita de outras tantas mulheres.

Agradeço ao meu orientador, professor Jerto, por todos os momentos de reflexão, escuta e apoio ao longo da escrita desse trabalho.

Agradeço à Duda, minha dupla de vida e de faculdade, por estar sempre comigo, me ajudando a construir todo o caminho percorrido, sem nunca soltar minha mão.

Agradeço a meus pais Maristela e Lissandro, minha irmã Luana por estarem sempre presentes nos momentos de dificuldade, me amparando e dando forças para continuar a jornada.

Agradeço aos meus avós, principalmente a vó Marlene por todo carinho e aconchego. Meu avô Valter por me acompanhar do céu.

Agradeço ao meu namorado, César, por toda paciência, companheirismo e suporte nos momentos de cansaço.

Agradeço, em especial, às mulheres que participaram das entrevistas, partilhando suas histórias e reflexões sobre a potência da escuta.

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher constitui-se como um problema histórico de saúde devido principalmente ao comprometimento físico e psicológico, sendo, inclusive, uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina. As marcas deixadas por tais violências por vezes ultrapassam o aspecto físico, afetando principalmente o psicológico, comprometendo a saúde mental da mulher e fazendo com que a vítima necessite de acompanhamento de profissionais qualificados, dependendo do caso. Na atualidade, mesmo com a grande potência dessa temática, ainda é notória a necessidade de reflexões aprofundadas acerca das formas de manejo, escuta e desafios dos profissionais que atendem essas situações. Diante desse contexto, o presente estudo busca investigar e compreender as percepções de psicólogos clínicos sobre a prática de psicoterapia com mulheres vítimas de violência doméstica. Para isso, a pesquisa adotou o método qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove psicólogos clínicos que possuíam experiência em atendimentos terapêuticos com vítimas de violência. Após a realização das entrevistas, os dados foram submetidos a análise de conteúdo de Laurence Bardin, no qual foram separadas em quatro categorias principais: “a busca por ajuda e suas inquietudes”; “expressões do sofrimento: tessituras entre corpo e cultura”; “o processo clínico e a violência” e “de mulher para mulher: os atravessamentos da escuta”. Os resultados apontam para um entendimento de que embora já se tenham tido muitas conquistas e avanços, ainda o enfrentamento da violência contra mulher carece do rompimento de diversas barreiras manifestadas em comportamentos naturalizados, herdados de sujeitos estruturados na lógica do patriarcalismo, nos machismos e preconceitos que culpabilizam as vítimas pelas próprias agressões sofridas. Percebe-se a necessidade dos profissionais de estarem atentos(as), sobretudo, para não reproduzirem situações de violência contra mulheres, cuidado ao estabelecer vínculo com uma mulher fragilizada, para que a relação sutilmente não seja pautada no autoritarismo e na reprodução de discursos enraizados

Palavras-chave: violência contra a mulher; psicólogos; percepções; psicoterapia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1 Violência e gênero: reflexos de uma cultura patriarcal	8
2.2 Para além do corpo físico: as formas de violência contra a mulher	9
2.3 A importância do atendimento psicológico em casos de violência contra a mulher....	11
3 METODOLOGIA.....	14
3.1 Delineamento de Pesquisa.....	14
3.2 Participantes	15
3.3 Procedimentos para a Coleta de Dados	15
3.4 Procedimentos para a Análise de Dados	16
3.5 Procedimentos Éticos.....	17
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	18
4.1 A busca por ajuda e suas inquietudes.....	19
4.2 Expressões do sofrimento: tessituras entre corpo e cultura	22
4.3 O processo clínico e a violência	25
4.4 De mulher para mulher: os atravessamentos da escuta.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A – ENREDO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	41
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	42

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher tem sido um assunto cada vez mais em pauta nas discussões sociais, constituindo-se como um problema de saúde pública, que perpassa todas as culturas, etnias e regimes políticos. Gadoni-Costa, Zucatti e Dell’Aglia (2011), afirmam que apesar de esse fenômeno não ser exclusivamente contemporâneo, percebe-se que a visibilidade política e social acerca dessa problemática tem um caráter recente, consequência do contexto histórico patriarcal que legitima, banaliza e silencia-se diante desse assunto. De acordo com Timm, Pereira e Gontijo (2011), a universalização e a naturalização dos papéis de gênero na cultura ocidental atribuíram às mulheres um lugar simbólico de resignação, responsabilidade sobre as estruturas “ideais” de família, bem como de investimento permanente para se fazerem atraentes ao olhar da figura masculina. Assim, ainda de acordo com os autores, essa cultura na qual as relações de gênero são moldadas acaba por invisibilizar as formas de violências sofridas cotidianamente por diversas mulheres.

Isso posto, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), descreve brevemente a violência contra mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (p. 213), podendo ser classificada em: psicológica, física, sexual, moral e patrimonial. As marcas deixadas por tais violências por vezes ultrapassam o aspecto físico, afetando principalmente o psicológico, comprometendo a saúde mental da mulher e fazendo com que a vítima necessite de acompanhamento de profissionais qualificados, dependendo do caso, conforme salienta Pimenta (2011). A autora ressalta, também, que as somatizações de tais vivências podem causar um adoecimento psíquico e gerar danos graves, especialmente porque interferem em sua autonomia, gerando sentimentos de incapacidade e de desvalorização de si.

Diante dessa perspectiva, o atendimento psicológico passa a ser fundamental para atender as demandas de violência doméstica, sendo necessários espaços específicos para o atendimento e acolhimento dessas mulheres. Porto (2006) ressalta a importância de os(as) psicólogos(as), envolvidos nesses casos, possuírem um entendimento aprofundado acerca das causas, fatores associados e consequências do fenômeno de violência. Somente a partir da compreensão, tanto da violência, quanto do sofrimento singular de cada mulher, é que os profissionais psicólogos poderão oferecer às pacientes um acolhimento e assistência adequados. Atualmente, mesmo com a grande potência dessa temática, ainda é notória a necessidade de reflexões aprofundadas acerca

das formas de manejo, escuta e desafios desses profissionais na clínica psicológica, referentes ao atendimento de questões voltadas a violência doméstica contra a mulher.

À vista disso, o presente estudo teve como objetivo investigar as percepções de psicólogos sobre a prática em psicoterapia com mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Para isso, a pesquisa adotou o método qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove psicólogos clínicos que possuem experiência em atendimentos terapêuticos com mulheres vítimas de violência. Para a análise dos dados coletados nas entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin, com o intuito de compreender de modo amplo os elementos encontrados nas falas dos participantes. Assim sendo, a pesquisa em questão se faz relevante para o cenário atual, auxiliando acadêmicos e psicólogos na compreensão da realidade vivenciada pela área da psicologia em relação aos processos terapêuticos de mulheres vítimas de violência doméstica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Violência e gênero: reflexos de uma cultura patriarcal

O termo violência tem sido muito utilizado para expressar comportamentos, modos de vida e outros fenômenos humanos. De acordo com Strey (2001), essa palavra tem emergido com grande força no cotidiano social, possuindo diversas formas de manifestação, algumas vezes disfarçadas de tradições e/ou moralidade, outras vezes escancarada, mas em todas as formas é utilizada para estabelecer poder e controle. Essa autora afirma que a violência é uma ação com a finalidade de dominar, explorar e oprimir o indivíduo, tratando-o como um objeto, que na maioria dos casos é silenciado, passando a ser dependente e passivo.

Isso posto, a violência contra a mulher torna-se consequência de uma ideologia histórica de dominação masculina que é produzida e reproduzida de geração em geração por homens e mulheres. Monteiro (2012), aponta que em detrimento dessa construção sócio-histórica, durante anos a mulher encarou a violência como um fenômeno natural, principalmente quando acontecia no âmbito doméstico, pois desde a infância foi ensinada a ser submissa ao marido. O famoso ditado “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” perpetuou por muito tempo, inviabilizando muitos casos de violência, que eram tratados como um problema da esfera privada. Frente a isso, para ser possível refletir acerca da naturalização da violência doméstica contra mulher, alguns conceitos são imprescindíveis para a compreensão desse fenômeno, sendo eles: gênero e patriarcado.

O conceito de gênero refere-se à construção cultural sobre os atributos de masculinidade e feminilidade. Conforme Fernandes e Natividade (2020), o fator determinante para os gêneros masculino e feminino, não são as características biológicas, mas sim a forma como cada cultura estabelece o que homens e mulheres devem ser. Dessa forma, esse termo deve ser entendido a partir de uma perspectiva ampla, que perpassa o biológico, o psicológico e o social que se estabelecem historicamente. Sendo assim, constrói-se a ideia de que os homens são mais fortes, menos afetivos e de que as mulheres são sensíveis e devem ser responsáveis pelo lar.

“Desde cedo a sociedade passa a tratar meninas e meninos de forma diferente, atribuindo valores e desafios diferentes para cada um, diferenciações sustentadas em razão do sexo, o que é feito de uma forma bastante naturalizada, a fim de criar na sociedade a cultura de que homens e mulheres, em razão de suas diferenças biológicas, possuem comportamentos e características sociais diferentes. Constrói-se, então, a ideia de que os meninos – e, conseqüentemente, os homens – são mais fortes, mais práticos, menos emocionais, menos cuidados, mais violentos e impulsivos (e tudo isso é retirado arbitrariamente das características femininas)” (SANTOS; BUSSINGUER, 2017, p. 3).

Outro conceito de extrema importância para a discussão acerca da violência contra mulher é o de patriarcado. Segundo Pinto e Braga (2015), o patriarcado pode ser compreendido como um sistema que propaga a desigualdade hierárquica dos sexos, através de crenças e valores que promovem uma supervalorização do homem sobre a mulher, aspecto que perpetua o comportamento machista e misógino. Assim, torna-se visível que a cultura patriarcal através de comportamentos de dominação e subjugação do homem, reproduz a desigualdade entre os sexos, o que consequentemente dá continuidade às construções de gênero através de atitudes machistas.

É notório, de modo geral, que as mulheres são incentivadas desde a infância a ter responsabilidade mais cedo, enquanto os homens são ensinados a amadurecerem depois, como se fosse algo pré-determinado. Esse contexto resultou no fato da construção de estereótipos do feminino estarem ligados à fragilidade e do masculino à força, auxiliando na consolidação da dominação que resulta nas diversas formas de violência (SANTOS; BUSSINGUER, 2017). Sendo assim, acredita-se que os homens naturalmente são mais impulsivos e frios nas relações, características que são utilizadas para justificar muitos casos de violência, culpabilizando a cultura e as tradições.

2.2 Para além do corpo físico: as formas de violência contra a mulher

A violência doméstica contra a mulher sempre esteve presente historicamente dentro das culturas e relações sociais, desconsiderando raça/etnia e/ou idade das vítimas. De acordo com Gomes e Diniz (2008), somente a partir do século XX, por volta dos anos 70, que através do movimento feminista essa temática emergiu como uma questão de discussão pública, deixando de pertencer ao privado. Tal movimento passou a questionar os papéis atribuídos as mulheres, bem como as formas de preconceito sexuais construídas por meio do modelo patriarcal, responsável por sustentar a desigualdade hierárquica entre os papéis de gênero. O caminho trilhado pelas lutas feministas aos poucos conseguiu dar visibilidade a problemática da violência doméstica, inspirando diversas mulheres a denunciarem toda(s) forma(s) de violência e discriminação.

Devido ao grande número de implicações envolvendo esse fenômeno, com a repercussão de casos nos meios de comunicação, o movimento feminista obteve, após muitas reivindicações, a conquista da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha. De acordo com Brasil (2006), a criação dessa lei teve a intenção de coibir e eliminar todas as formas de

discriminação contra as mulheres, além de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Conforme o art. 5º da mesma, configura-se “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, p.3). Devido a naturalização das situações de violência, que se restringem no imaginário social a agressões físicas, a lei citada ainda traz, de forma mais específica, no seu art. 7º, as cinco formas principais que a violência doméstica pode assumir, sendo elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Diante disso, torna-se importante realizar um entendimento, acerca das formas de violência propostas na Lei Maria da Penha, que umas das poucas leis de proteção às mulheres no Brasil. Cunha e Pinto (2011), conceituam de maneira sucinta os termos de violência sexual, patrimonial e moral. Assim, entende-se violência sexual como qualquer ação que force a mulher a fazer, manter ou presenciar ato sexual sem seu consentimento, por meio de força, ameaça ou constrangimento físico/moral. A violência patrimonial consiste em qualquer ação que envolva retirar o dinheiro conquistado pela mulher com seu próprio trabalho, assim como destruir parcial ou total qualquer patrimônio, bem pessoal ou instrumento de trabalho. E, por fim, violência moral como qualquer conduta que desonre a mulher, consistindo em calúnia, difamação ou injúria, situações que normalmente ocorrem concomitantemente a violência psicológica.

A violência psicológica é conceituada por Cunha e Pinto (2011) como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudicando e perturbando o pleno desenvolvimento da mulher. Esse tipo de violência é muito sutil e se apresenta das mais diversas formas, por isso muitas vítimas demoram para reconhecer que se encontram em uma relação violenta e/ou quando percebem o nível da violência já se intensificou, trazendo maiores prejuízos para sua saúde mental. Fonseca e Lucas (2006), proferem que essa forma de violência envolve uma dinâmica relacional, no qual a figura masculina impõe formas de controle sobre o feminino, iniciando normalmente através de xingamentos, humilhações e evoluindo a intensidade e frequência, culminando em agressões corporais. Frente a isso, observa-se que a violência psicológica possibilita que outras formas de violência emergjam na relação.

Muitas pessoas nem sequer conhecem as expressões da violência psicológica. Tal condição é resultado da ideologia romântica que possuem sobre família, ou seja, a família deve viver em harmonia e, os que não se enquadram a esse padrão são considerados “desestruturados”. Na efetivação da harmonia familiar, muitas vezes, há um processo de naturalização da ofensa verbal, ou seja, para muitos homens “é normal” ofender verbalmente a mulher, tratando-a como propriedade, concebendo, através de uma perspectiva confessional, que foi para isso que ele foi criado, para ser o mantenedor

da família e, conseqüentemente, o “dono” da mesma. Felizmente essa concepção, posta na relação afetiva entre homem e mulher está se alterando, apesar do lento ritmo em que isto procede, mas, a perspectiva de mudança, por si mesma, já é um avanço considerável (SOUZA; CASSAB, 2010, p. 41)

Isso posto, o tipo mais conhecido de violência contra a mulher é a física, o qual é visível aos olhos e deixa marcas corporais severas dependendo do caso. Segundo Cunha e Pinto (2011), pode ser entendida como qualquer ato de outrem que possua a intenção de prejudicar a integridade ou a saúde corporal da vítima, através do uso da força. Essa forma de agressão costuma ocorrer quando o cônjuge sente que não está mais conseguindo manter o controle sobre a relação. Assim, Monteiro (2012) corrobora que em casos que ocorrem agressões físicas o ciclo da violência só será rompido se a vítima denunciar o agressor; caso contrário, os conflitos podem aumentar colocando a mulher em uma situação de risco ainda maior. Frente a isso, emerge a importância de as diversas formas de violência doméstica serem debatidas e conhecidas pelos indivíduos, a fim de prevenir o silenciamento de situações com tal caráter, protegendo a vida de meninas e mulheres no mundo todo.

2.3 A importância do atendimento psicológico em casos de violência contra a mulher

A violência contra o ser humano é um evento bioético de grande relevância, pois, além dos danos físicos e psicológicos que ocasiona, necessita de muitas ações desafiadoras para a sua prevenção e tratamento. Esse fenômeno está presente na vida dos indivíduos desde os primórdios da história, manifestando-se em todas as idades, sem distinção de raça, credo, sexo, cultura e classe social. Segundo Garcia *et al* (2008), a violência manifesta-se de formas distintas entre homens e mulheres, de forma que enquanto a violência cometida contra os homens ocorre, principalmente, em espaços públicos e é praticada por alguém do mesmo sexo, aquela contra a mulher ocorre principalmente dentro do seu próprio lar e o agressor costuma ser do sexo masculino. Salienta-se ainda, que em relação a figura feminina, a violência é entendida como fato cultural que faz parte das tradições que a sociedade aceita como uma ação de disciplinar do homem em relação a família. Assim, “esse desrespeito à dignidade das mulheres tem convivência da sociedade, além de ser facilitado pela impunidade dos agressores” (GARCIA *et al*, 2008, p. 2551).

A violência doméstica é um fenômeno social, portanto a atuação dos profissionais frente a essa problemática deve ter um embasamento teórico, tanto da psicologia social como também da

psicologia clínica. Diante disso, o atendimento psicológico emerge como uma das formas de intervenção relevantes dentro da área da saúde para o enfrentamento à violência contra as mulheres. As autoras Porto e Bucher-Maluschke (2012) afirmam que existe dentro serviços públicos de saúde uma preocupação em garantir à mulher um acolhimento especializado, com o objetivo de não realizar apenas uma escuta inicial, mas auxiliá-la no decorrer do processo para libertar-se do ciclo de violência e conseguir seguir com sua vida. Nesse sentido, justifica-se a importância de os locais possuírem profissionais de psicologia capacitados para atuarem juntamente com as equipes multidisciplinares nos atendimentos das vítimas.

A complexidade que envolve a questão da violência contra a mulher exige ações capazes de dar conta das inúmeras demandas apresentadas, o que implica a necessidade de articulação entre diferentes áreas de conhecimento e de atuação. Conforme Monteiro (2012), trabalhar com a temática da violência doméstica contra a mulher requer em diversos casos uma maneira diferenciada de atuação do profissional de psicologia, exigindo que o mesmo consiga ampliar o trabalho clínico de terapia individual para os outros campos da vida da paciente, com o objetivo de manejar melhor o caso, trabalhando conjuntamente com outros profissionais, como por exemplo médico, justiça, rede de apoio, dentre outros. Sendo assim, surge o conceito de clínica ampliada, com o intuito de ampliar as diversas formas de atuação do psicólogo clínico, diversificando a metodologia de trabalho que pode ser moldada a diferentes contextos (DUTRA, 2004).

Assim, tendo em vista os danos psicológicos que são causados às mulheres em situação de violência, torna-se nítida a necessidade do auxílio de um profissional da área da psicologia que lhe forneça tanto um espaço de escuta desprovido de julgamentos, como também auxilie na criação de mecanismos para o enfrentamento da realidade e traumas deixados. Segundo Soares (2005) independente de sua abordagem teórica, os psicólogos para realizarem atendimentos desses casos devem primeiramente criar um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta acolhida e segura, pois somente dessa maneira que ela irá conseguir compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento. Outro aspecto importante, refere-se ao resgate em cada mulher da sua condição de sujeito, autoestima e desejos, que na maioria das vezes ficam silenciados e anulados pela relação de violência.

Além disso, cabe salientar também os casos de atendimento psicológico às mulheres em situação de violência que mesmo se encontrando nessas circunstâncias, continuam a conviver

com o agressor, embora sejam submetidas a riscos e sofram agressões. Nesses casos, o acompanhamento psicoterapêutico possui muitas potencialidades, principalmente por amparar e acompanhar a vítima semanalmente, assegurando de que essas mulheres terão espaços para trabalharem pouco a pouco seus sofrimentos e consigam retirarem-se dessas relações, respeitando suas individualidades e histórias de vida (GARCIA *et al*, 2008). Isso posto, em suma, o atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência promove no(a) psicoterapeuta dilemas teóricos, técnicos e emocionais, e por esse motivo Machado (2004) reafirma a importância de serem realizadas supervisões, existir uma rede de suporte e capacitações constantes com outros profissionais que amparem o psicólogo(a) nas demandas desses processos psicoterapêuticos, que por vezes podem despertar um misto de sentimentos.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento de Pesquisa

Para ser realizada qualquer tipo de pesquisa, é necessário que o pesquisador defina critérios para atingir um determinado rigor científico no decorrer dos estudos. Diante disso, Richardson (2012) sinaliza que, para que os objetivos sejam atingidos, o pesquisador deve traçar uma linha de raciocínio denominada método científico. Por método científico, o autor compreende como a forma de proceder ao longo do caminho traçada pelo cientista; conjunto de instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas e sinalizam de modo ordenado a forma de raciocínio durante o percurso. Assim, as pesquisas devem ser planejadas e executadas de acordo com as normas propostas pelo método de investigação escolhido.

Dentro das diversas possibilidades de métodos, destaca-se a abordagem qualitativa, a qual será a norteadora da presente pesquisa, caracterizando-se por não enumerar acontecimentos, não aderindo ao recurso estatístico. De acordo com Minayo (2002), esse é um método que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e dos processos” (p.22). Bauer e Gaskell (2008), salientam que a coleta de dados qualitativa ocorre através do contato direto do pesquisador, que se insere no contexto natural do seu objeto de estudo buscando compreender as formas de expressão, os interesses e os significados das ações dentro do meio. Outra característica relevante da abordagem qualitativa diz respeito a relevância da perspectiva do pesquisador, uma vez que esse não toma uma postura imparcial, considerando suas próprias reflexões como integrantes do estudo.

Considerando o problema e o objetivo geral da presente pesquisa, o qual busca investigar a complexidade da perspectiva de psicólogos acerca da prática clínica, optou-se pelo delineamento qualitativo, pois esse método proporciona uma amplitude de detalhes nos discursos dos profissionais participantes ao longo das entrevistas, beneficiando a interpretação da pesquisadora diante de seu objeto de estudo. Além disso, essa perspectiva possibilita uma visão ampliada do contexto em que os participantes se inserem, pois acredita-se que o meio social influencia diretamente na construção dos sentidos que cada indivíduo possui da temática.

3.2 Participantes

Para realização dessa pesquisa os participantes elencados contemplaram os seguintes critérios de inclusão: psicólogos que atuam na área clínica há no mínimo um ano, que possuam experiência em atendimento de casos de violência contra mulher e que tenham trabalhado em algum serviço e/ou programa de atenção a mulheres vítimas de violência. Além disso, foram entrevistados nove psicólogos, sendo: oito psicólogas mulheres e apenas um psicólogo homem. Todos residiam no Rio Grande do Sul, bem como tinham a possibilidade de participar da entrevista de forma online e/ou presencial.

3.3 Procedimentos para a Coleta de Dados

A etapa da coleta de dados é descrita como um momento imprescindível da pesquisa, em que serão reunidas todas as informações dos participantes para uma posterior análise. Ao se considerar uma pesquisa qualitativa, diante das opções de coleta de dados disponíveis, a que melhor se encaixa para o presente estudo é o método de entrevistas semiestruturadas. Trivinhos (1987) caracteriza esse instrumento como formado por perguntas baseadas em elementos relacionados à temática da pesquisa. De acordo com o autor, a partir das respostas obtidas dos participantes surgem novos elementos e, conseqüentemente, possíveis novos questionamentos para além dos principais, favorecendo a descrição do fenômeno a ser analisado, bem como o surgimento de informações.

Isso posto, entende-se que o método de entrevistas semiestruturadas seja o ideal para a coleta de dados, com o intuito de que ocorra um entendimento abrangente e subjetivo dos discursos dos participantes. Em relação as entrevistas, as mesmas ocorreram de forma online via plataforma do Google Meet, com data e horário previamente acordado com os entrevistados, visando que os mesmos ficassem confortáveis. Assim, as entrevistas ocorreram no período de abril de 2022, seguindo a seguinte cronologia: primeiramente, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes e após o consentimento dava-se início a entrevista semiestruturada. Como disparador para o diálogo, optou-se por utilizar inicialmente um questionamento pré-elaborado (APÊNDICE A) aos participantes que lhes permitiu recordar acerca de sua trajetória profissional e adentrar na temática do estudo. Posteriormente foram realizados alguns outros questionamentos pré-elaborados (APÊNDICE A) a todos entrevistados, permitindo que eles pudessem se expressar livremente abordando o assunto dos questionamentos

e agregando outras reflexões de acordo com suas vivências. Ademais, cada participante pôde, na medida em que se sentiu confortável, compartilhar tudo que considerou relevante para contribuir com a pesquisa.

Para compor a amostragem, foi utilizada a técnica não probabilística denominada *snowball sampling*. Baldin e Munhoz (2011) caracterizam esse tipo de amostragem como uma técnica aplicada a populações desconhecidas, em que se utiliza a rede de cadeias de referência. Em outras palavras, segundo Vinuto (2014) o primeiro passo para construção desse tipo de amostra é a localização das participantes iniciais do estudo, já conhecidas previamente pela pesquisadora, denominadas de sementes. Essas serão solicitadas para indicar outros participantes com o mesmo perfil e que atendam os critérios de inclusão e assim sucessivamente, até que se atinja o número de participantes desejado para o estudo. Destaca-se que os primeiros participantes, que foram as sementes, são conhecidos do meio social da pesquisadora indicaram outros participantes para compor a amostragem desejada.

3.4 Procedimentos para a Análise de Dados

Assim que forem realizadas todas as entrevistas com os participantes, suas falas e respostas serão submetidas a uma análise de conteúdo de Laurence Bardin. A vista disso, as entrevistas foram gravadas a partir da permissão dos participantes e, posteriormente, transcritas, contendo os dados de maneira mais fidedigna possível, e submetidas à análise. Conforme Bardin (2016), as fases dessa análise se organizam em três polos cronológicos, que são denominados: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados.

A primeira etapa, nomeada de pré-análise, consiste na realização de uma organização e sistematização das ideias iniciais, ocorrendo a escolha do material que será submetido à análise, formulação de hipóteses e objetivos, bem como a elaboração de indicadores para a interpretação final. Isso posto, a segunda etapa consiste na aplicação sistemática das decisões tomadas, caracterizando-se pelas operações de decomposição, codificação ou enumeração. Por fim, a terceira etapa consiste no tratamento dos resultados obtidos ao longo do estudo, inferência e interpretação. Nesse momento, os resultados são analisados de forma reflexiva, ocorrendo a condensação, o que por fim contribui para as interpretações inferências.

3.5 Procedimentos Éticos

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Os participantes receberam, antes das entrevistas, que ocorreram de modo online via plataforma Google Meet, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ANEXO A), com o intuito de preservar suas identidades e informações fornecidas. Ademais, destaca-se que aos participantes foram garantidos os direitos previstos na Resolução 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que se utilizam de informações, diretas ou indiretas, de seres humanos. As entrevistas somente foram realizadas mediante ao consentimento de todos os participantes e após ser elaborada, a análise dos dados será encaminhada para os mesmos via e-mail ao final da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Discorrer e compreender sobre as questões sócio-históricas que permeiam a temática da violência contra mulher é algo difícil e impactante, principalmente no que diz respeito as diversas mulheres que, ainda atualmente, constituem suas subjetividades a partir de modos de existir violentos, naturalizados pela cultura na qual estão inseridas. Assim, ouvir os relatos potentes de mulheres que já vivenciaram as mais diversas formas de violência provoca uma série de questionamentos acerca de como cada uma de nós, mulheres, somos constituídas ao longo da vida. O questionamento “como é a sua experiência de ser mulher e ser psicóloga frente a casos de violência?” conduziu de maneira espontânea as entrevistas realizadas para compor a análise de dados, provocando reflexões atentas e sensíveis acerca da clínica psicológica.

Diante disso, para realização da coleta de dados, foram entrevistados um total de nove profissionais psicólogos, com experiência de no mínimo um ano na área clínica e/ou que tenham trabalhado em algum serviço e/ou programa de atenção a mulheres vítimas de violência. Ao todo, foram entrevistadas oito psicólogas e apenas um psicólogo. Por esse motivo, na análise de dados deu-se ênfase para as percepções femininas, entendendo esse dado como um aspecto importante, por demonstrar que os recortes de gênero também ficam evidentes dentro da própria profissão. Destaca-se que os relatos acerca da prática clínica com vítimas de violência, embora apresentaram suas diferenças, tendo em vista as abordagens de trabalho das profissionais, assemelharam-se em relação ao entendimento das causas que produzem sofrimento, bem como os desafios, frustrações e reflexões sobre a escuta.

Isso posto, de maneira geral, todos os profissionais possuíam mais de cinco anos de atuação na área. Uns trouxeram apenas experiência clínica, outros em serviços como a Delegacia da Mulher, Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Atenção Psicossocial e alguns em ambos os lugares. Todos os entrevistados apresentaram respostas singulares de acordo com as trajetórias profissionais e vivências, e os sentimentos despertados ao atender as vítimas foi muito particular para cada pessoa. No entanto, ainda que com palavras diferentes, todos trouxeram muitas problematizações acerca da temática, principalmente em relação a naturalização e patologização de machismos na sociedade, ressaltando a importância de os psicólogos terem um olhar atento para o lugar que ocupam na prática clínica ao atenderem vítimas de violência.

Portanto, após a finalização das entrevistas semiestruturadas com os nove profissionais, foi possível perceber a semelhança em diversos aspectos dos conteúdos presentes nas falas dos psicólogos, ressaltando suas percepções acerca do processo de psicoterapia na clínica com mulheres vítimas de violência. Assim, para facilitar o processo de análise das entrevistas, foram elencadas quatro grandes categorias, sendo elas: *A busca por ajuda e suas inquietudes*; *Expressões do sofrimento: tessituras entre corpo e cultura*; *O processo clínico e a violência*; *De mulher para mulher: os atravessamentos da escuta*.

4.1 A busca por ajuda e suas inquietudes

Ao pensar sobre as questões que envolvem a complexidade que permeia as situações de violência contra a mulher, torna-se indispensável refletir sobre as dificuldades que são enfrentadas por muitas mulheres de exteriorizarem as agressões vivenciadas, tendo em vista as construções sociais que são estruturadas, reforçando uma imagem de submissão feminina. Diante disso, Aguiar (2018) corrobora que, na maioria dos casos, as vítimas não possuem uma percepção do real contexto em que estão vivendo, pois estão imersas no ciclo da violência que as silencia, colocando-as em um lugar de culpa pelos conflitos na relação conjugal. Tendo isso em vista, a categoria em questão foi constituída a partir das seguintes subcategorias: *“conformismo”*; *“sentimentos ambíguos”*; *“vergonha”*; *“julgamento”* e *“família”*, no qual serão discutidos sobre os apontamentos percebidos nas falas dos participantes em relação a busca e adesão a psicoterapia nos casos de violência.

Conforme as leituras realizadas, para discorrer acerca da temática proposta, evidenciou-se a importância do suporte psicológico as vítimas de violência doméstica, bem como da existência de uma rede de apoio ativa para amparar e fortalecer essa mulher frente os desafios que enfrentará ao se dar conta dessa realidade. Isso posto, apesar dos achados teóricos que enfatizam a relevância do atendimento psicológico, ao longo das entrevistas ficou nítida a existência de receio e conformismo das mulheres de buscarem psicoterapia, assim como de ser dado continuidade aos atendimentos por um período significativo. Os participantes inclusive, afirmaram que na grande maioria dos casos as pacientes comparecem somente a um ou dois atendimentos e depois abandonam o processo terapêutico, retornando apenas quando as situações violentas se tornam totalmente insustentáveis, envolvendo até meios judiciais. Tais percepções podem ser ilustradas pelas falas:

“São mulheres que não acreditam muito em si próprias, quem dirá nos serviços de apoio. São mulheres que pensam que as coisas não possuem mais solução, isso a gente nota assim, em não ter uma adesão e retorno aos atendimentos. Elas não têm esperança de tentar mais uma vez.” -P1

“Parando para olhar a clínica hoje e as mulheres que eu atendo em psicoterapia, a gente às vezes não se dá conta do quanto violento é essas existências [...]. É uma violência que tenta se conformar nesse lugar que é dito como feminino. Numa passividade, numa fragilidade, num silêncio. Mulher não pode falar o que pensa. A gente não pode falar porque o homem sabe.” -P5

Pensando nesses aspectos referidos pelos profissionais entrevistados, Benetti e Cunha (2008) apontam que as situações associadas ao abandono são fontes imprescindíveis de informações sobre o desenrolar dos processos terapêuticos, possibilitando reflexões sobre a realidade do trabalho clínico, bem como fornecendo subsídios para um aprimoramento técnico dos terapeutas, principalmente dos que estão em formação. Ainda, as autoras afirmam que o abandono psicoterapêutico está relacionado a diversos fatores, desde características próprias do paciente, do terapeuta e do *setting* de trabalho. Nesse sentido, nos casos de violência contra mulher, os psicólogos participantes da pesquisa corroboraram que a dificuldade de busca por auxílio e adesão ao processo terapêutico, possuem diversas causas pertinentes a serem problematizadas, visando uma melhor compreensão dos fatores envolvidos, e aprimoramento da prática clínica.

Segundo Gomes *et al.* (2012), a maioria das mulheres vítimas de violência sentem dificuldade de expressar seu sofrimento, até mesmo quando buscam ajuda, pois é comum que elas, por vezes, possuam sentimentos ambivalentes em relação ao agressor, uma vez que, ao mesmo tempo que desejam sair da situação de violência, acreditam que podem mudar o companheiro e manter o relacionamento. Ao longo das entrevistas, ressalta-se que essa mulher mesmo fragilizada psicologicamente, busca enxergar pontos positivos no companheiro, existindo uma esperança de mudança e negação da violência sofrida. Tal aspecto que normalmente a faz perpetuar na relação por anos, retroalimentando o ciclo da violência. Os recortes a seguir evidenciam tal fato:

“Tu percebe nessa mulher um desejo [...] é que essa mulher acredita que ela pode fazer esse homem mudar e que existe uma grande dificuldade de aceitar uma impotência diante disso. Então assim, tem uma grande dificuldade de poder se dar conta dessa impotência, que esse homem vai ser sempre assim, ele não vai mudar.” -P6

“No consultório as pessoas procuram muitas vezes buscando uma questão para ansiedade, para depressão e depois de muitas sessões começam a trazer questões de casal, e ali aparece questões de violências muito graves, que aparecem de mansinho. É

muito difícil para elas entrar em contato com esses sentimentos, muitas amam seus parceiros[...]” -P8

Além disso, salienta-se que a concepção cultural rígida que existe sobre o papel da mulher nas instancias de individuo, esposa e mãe refletem diretamente na busca e adesão a psicoterapia. Hananda (2007), afirma que as concepções patriarcais são o principal obstáculo interno inconsciente das mulheres para solicitarem ajuda, pois essas reforçam a preservação do casamento e a dependência da autoridade masculina, associando a iniciativa de denúncia ao sentimento de culpa, vergonha, desprestígio familiar e social. Em diversas entrevistas, relatos envolvendo esses sentimentos apareceram como fatores detentores de um peso simbólico imenso, responsável por naturalizar as formas de violência sejam elas físicas, sexuais, psíquicas ou patrimoniais, conforme tais afirmações:

“As famílias não aceitam, as que tem filhos pior ainda, as que não tem ainda tem isso [...] ‘homem é assim mesmo, a gente tem que relevar’. Isso vem muito para a clínica. Uma maneira de se cobrar, de se criticar, de se culpabilizar e de carregar as relações nas costas assim, isso aparece de uma maneira muito significativa.” -P5

” [...] um dos principais sentimentos que a gente percebia nos primeiros atendimentos é o sentimento da vergonha. É a vergonha né, então assim justamente pelo sentimento de submissão, dependência emocional, autoestima baixa, se culpavam por toda situação né.” -P7

“Mulheres que colocam sua vida em último lugar e sofrem violências há vinte anos e só conseguem tomar uma atitude quando um filho é ameaçado. ‘Ah mexeu com o meu filho então eu vou ter que tomar uma providência, porque até então eu cedi, eu suportava’.” - P4

Á vista disso, os recortes sinalizados nessa categoria nos fazem pensar sobre todas as questões históricas e de gênero que se relacionam às inquietações de muitas mulheres para conseguirem buscar atendimento psicoterapêutico, como também dizem sobre o contexto social e emocional que impactam diretamente na continuidade aos atendimentos. As reflexões trazidas pelos profissionais reforçam a importância de os psicólogos possuírem conhecimentos sobre o significado que as mulheres vítimas de violência dão para o tratamento psicológico, com o intuito de conseguirem aperfeiçoar a escuta na prática clínica. Essas percepções coletadas apontam a relevância de se repensar o fenômeno da violência doméstica e suas implicações da saúde mental da mulher.

4.2 Expressões do sofrimento: tessituras entre corpo e cultura

As questões que envolvem a violência contra mulher são reflexões de construções sociais que permeiam as sociedades desde a antiguidade, independentemente da cultura. Segundo Hudson e Costa (2021), o enfrentamento dessas formas de violência carece do rompimento de diversas barreiras manifestadas em comportamentos naturalizados, herdados de sujeitos estruturados na lógica do patriarcalismo, nos machismos e preconceitos que culpabilizam as vítimas pelas próprias agressões sofridas. Diante disso, a presente categoria foi dividida em quatro subcategorias, sendo elas: “*sintomas culturais*”; “*papéis sociais*”; “*violência cíclica*”; e “*somatização*”. Tendo em vista a ênfase dada nas entrevistas realizadas aos aspectos percebidos na clínica relacionados ao adoecimento das mulheres, essa categoria possui o intuito de discorrer e aprofundar sobre as construções sociais que geram sofrimento para as mulheres vítimas de violência.

A violência pode ser considerada como aquilo que age através da força contra a natureza de algum ser, oprimindo a espontaneidade, a vontade e a liberdade. “A violência se opõe a ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos” (CHAUÍ, 2003, p.42 apud MARTINS; NASCIMENTO, 2021, p. 788). A partir dessa conceitualização do termo violência, para a autora Priore (2013), é notório que desde o Brasil colônia os comportamentos patriarcais embasavam as relações, pois sempre se concedeu aos homens uma posição hierárquica superior às mulheres, oprimindo seus desejos e opiniões. De acordo com as falas das psicólogas, essa permissão histórica para uma dominação masculina é perpetuada através de gerações e por isso torna-se impossível dizer que apenas uma parcela de mulheres são afetadas por posicionamentos violentos ao longo de suas vidas. As falas, em sua maioria, corroboram que não é possível definir um perfil para as vítimas de violência, pois desde o nascimento as mulheres são afetadas pela banalização de ações que as violentam, tornando-se mulheres que cresceram sem perceber o quão violentas e oprimidas são suas existências. Tais questões são ilustradas pelas seguintes falas:

“A violência contra mulher ela acontece em todas as classes sociais e de todas as formas que a gente possa imaginar. E poder fazer um trabalho da mulher identificar isso e nomear é muito importante.” -P4

“[...] não tem como colocar somente um perfil, tem de tudo, tem mulheres que são bem estabelecidas profissionalmente e tem um nível cultural avançado, tem aquelas que não trabalham e dependem única e exclusivamente do agressor, do marido assim [...]” -P1

Além disso, de acordo com Negreiros e Féres-Carneiros (2004) a construção social de gênero possui grande responsabilidade por determinar as relações hierarquizadas, mediante a delimitação de papéis sociais masculinos e femininos, ensinando as crianças desde pequenas a aprender a lidar com as emoções de maneiras distintas. Assim, desde a infância, os meninos são influenciados pelos agentes socializadores a reprimir algumas formas de emoção como afeto e amor, mas estimulados a exprimir raiva, agressividade e ciúme. Tal permissividade aos meninos a determinadas ações e sentimentos pode vir a refletir futuramente no entendimento de que existe uma licença para atos violentos. Enquanto as meninas, por outro lado, são orientadas a expressar suas emoções, demonstrando delicadeza, fragilidade e obediência, aspectos tornados naturais. Ao crescer essa menina irá se silenciar diante de determinados comportamentos opressores, pois ela foi ensinada que lugar de mulher é respeitar a figura masculina (BITTAR; KOHLSDORF, 2017). Ressalta-se, dessa maneira, a importância trazida pelos profissionais de haver um entendimento do contexto cultural que reflete na constituição feminina, bem como repensar sobre a distinção dos papéis desde a infância, prevenindo a naturalização da violência, conforme descrito nas falas:

“[...] violência está intimamente ligada com papéis sociais, com figuras de gênero [...] construções de gênero e desconstruções né. Dos papéis do menino e da menina, das autorizações do menino e da desautorização das meninas.” -P7

“São mulheres que vão se silenciando também assim, elas não contam para as amigas, elas não contam para a família, porque muito do que vão encontrar é essa reprodução. ‘Ah, mas o que tu fez?’, ‘Mas se ele brigar contigo é porque alguma coisa tu falou’, ‘Mas homem é assim, a gente não pode falar’, ‘Como tu vai colocar fora teu casamento, e teus filhos?’. Então por isso as mulheres não falam, e isso me parece mais adocededor”.

-P5

A autora Judith Butler profere, em um de seus livros, pensamentos que vão ao encontro com esses recortes apresentados, no qual ela reforça que o corpo não é “uma mera superfície na qual são inscritos significados sociais, mas sim que sofre, usufrui e responde à exterioridade do mundo, uma exterioridade que define sua disposição, sua passividade e atividade” (BUTLER, 2015, p.58). Dessa forma, os discursos que impõem aos corpos das mulheres um lugar de passividade, dos quais se esperam atitudes delicadas e submissas, normatizam construções sociais que reforçam e estruturam, mediante relações de poder, as posições desiguais entre homens e mulheres, silenciando suas vozes e marcando de forma violenta suas existências.

Pensando acerca das questões responsáveis pela banalização e naturalização da violência contra mulher, é imprescindível discutir sobre o aspecto trazido pelas entrevistadas no que se refere à perpetuação cíclica violência. Segundo Hirigoyen (2006), o ciclo da violência se

desenvolve em três fases e de maneira repetitiva, sendo elas: (1) **tensão**: construção de tensão na relação, com abusos verbais, constrangimento público e atribuição de culpa à mulher. Nessa fase a vítima possui expectativa de que irá reverter a situação. (2) **explosão**: descontrole, a violência física propriamente dita, sendo comum que todas as promessas do agressor sejam esquecidas. (3) **lua de mel**: arrependimento do(a) agressor(a), quando terminado o período de agressão, o agressor demonstra remorso, medo de perder a companheira e promete mudanças. Tal ciclo pode se repetir inúmeras vezes e durar anos, fazendo com que a tolerância da mulher aumente, conseqüentemente gerando uma sensação de normalidade da violência. As psicólogas entrevistadas acrescentam, ainda, que o ciclo de violência pode iniciar desde a infância, no qual ao crescerem vendo as mães aceitando comportamentos violentos, as filhas acabam reproduzindo o mesmo em relacionamentos futuros, conforme exemplificado nas seguintes falas:

“[...] vem de um longo histórico de violência até da família de origem, a maioria. Isso vai se perpetuando e vai passando de geração em geração, essa mulher aprendeu assim e continua deixando que isso se reproduza na sua vida. A referência que ela tinha, mãe, viveu situações de violência.” -P2

“[...]elas foram mulheres que já vinham há muito tempo tendo seus direitos violados e acabam se submetendo de novo a situações que elas não conseguem sair desse ciclo efetivamente. Achando muitas vezes que é normal eu me achar nesse tipo de situação. Até que daqui a pouco, ela dá um basta né, mas esse basta e esse pedido de ajuda, as vezes vem com uma carga muito grande porque você tem que mudar toda minha vida para poder dar conta disso.” - P3

Destarte, o último aspecto importante dentro dessa categoria, que reflete também diretamente no adoecimento das mulheres vítimas de violência é a questão da somatização. Ávila (2012) define o corpo como um “objeto transdisciplinar por excelência, local de entrecruzamento obrigatório para múltiplas disciplinas, um objeto multifacetado e marcado pela complexidade” (p. 52). Isso posto, a abordagem psicossomática entende que o indivíduo adoecer de corpo e alma, pois o psiquismo e o corpo estão em constante diálogo seja na saúde ou na doença. Dito isso, as psicólogas trouxeram diversas reflexões acerca das vítimas de violência apenas buscarem ajuda, em muitos casos, quando os sintomas psíquicos estão refletidos no físico. O sofrimento psicológico que elas invisibilizam ecoa através do corpo. Ainda, salientam que a maioria das mulheres, quando chegam no consultório ou buscam ajuda médica, trazem consigo inúmeras queixas como dores de cabeça, feridas, cansaço, ansiedade, dores de barriga dentro outros, conforme pode ser percebido nos recortes a seguir:

“[...] elas trazem muita somatização, somatizam muito dores de cabeça, oscilações de humor, algumas trazem pensamento de morte, dores de barriga até. Então elas têm um sofrimento muito extenso assim né, ansiedade elas relatam.” - P2

“[...] depende da mulher assim, ela vem porque está deprimida, ansiosa, porque sente que não consegue andar para frente, tem uma baixa autoestima né. Então assim, ela vai descobrindo isso no processo psicoterapia, que sofre uma violência psicológica, que é muito mais subjetiva que uma violência.” -P6

“No consultório as pessoas procuram muitas vezes buscando uma questão para ansiedade, para depressão e depois de muitas sessões começam a trazer questões de casal, e ali aparece questões de violências muito graves, que aparecem de mansinho.” - P8

A partir do que foi dissertado nessa categoria, é possível pensar que o processo de adoecimento das mulheres vítimas de violência resulta de uma série de sintomas culturais e sociais incorporados historicamente. Além disso, percebe-se pelas falas elencadas que muitas mulheres crescem vivendo situações de violência nas famílias de origem, fato que acarreta uma naturalização tanto das agressões, como também sobre entendimento do conceito de violência. Pensando nisso, reflexões emergiram sobre o entendimento que diferentes grupos de mulheres têm de violência, afinal algumas vítimas por vezes não conseguem nem identificar abusos sutis físicos, psicológicos e sexuais ao qual são submetidas.

4.3 O processo clínico e a violência

Conforme já foi discorrido em uma das categorias anteriores, o atendimento psicoterapêutico proporciona às mulheres vítimas de violência um espaço de acolhimento de sua história de vida, reflexões e suporte emocional. Segundo Hundson e Costa (2021), é necessário ressaltar que a ciência da psicologia possui como objetivo ampliar os estudos acerca dos processos mentais e do comportamento humano, levando sempre em consideração as perspectivas singulares dos sujeitos, bem como os aspectos comportamentais e psicológicos que permeiam essas discussões. Por isso, torna-se tão relevante considerar a percepção dos psicólogos frente as questões de violência contra mulher, pois todos esses conhecimentos que abarcam a psicologia podem auxiliar, influenciar e modificar o olhar dos profissionais da área diante as situações de silenciamento e invisibilidade da violência, corroborando a prática clínica. Diante disso, para discorrer sobre essa categoria, elencou-se cinco subcategorias, sendo elas: *“acolhimento; “escuta”; “vínculo”; “olhar clínico e a patologização”; “potencialidade feminina”*.

Antes de iniciar a discussão, cabe salientar que foram encontrados poucos materiais teóricos acerca da visão da psicologia e atendimentos clínicos de mulheres vítimas de violência, sendo encontrados muitos artigos com ênfase no atendimento psicológico em serviços como delegacias e Centros de Atenção Psicossocial. Apesar disso, considerando a importância dos recortes feitos pelas psicólogas envolvendo essa categoria, discorreu-se sobre a temática entendendo que a falta de matérias sugere para iniciativas que busquem estudar mais acerca da escuta clínica e violência contra mulher, bem como corroboram para a análise de uma naturalização social. Assim, foi elaborada a discussão a partir da perspectiva de artigos abrangendo o papel do psicólogo na clínica ampliada e dentro de serviços de atenção a mulheres vítimas, buscando fazer uma relação direta com a clínica e falas dos entrevistados.

De acordo com Formigosa (2020), na clínica psicológica cada situação trazida sempre será um caso particular, contendo suas singularidades e por isso não há como sustentar uma noção de que existe uma técnica de como atuar em determinadas situações. O exercício do psicólogo deve ser de caminhar em direção oposta, afastando-se dos juízos morais vigentes com intuito de oferecer um atendimento sério, digno, respeitoso e principalmente atento ao que será dito. Nos casos de violência contra mulher, principalmente, tendo em vista os casos que envolvem violência psicológica sutil, faz-se de suma importância as iniciativas que objetivam gerar conscientização ampla desta mulher sobre a situação, sem que haja julgamento ou menosprezo das inquietudes relatadas. Tais falas ilustram essas questões:

“Eu acho que essa primeira acolhida é bem isso, não tem julgamentos, é ela poder trazer a história dela [...] E daí entra uma coisa importante, que é deixar essa mulher segura. Quando a gente consegue trabalhar essas questões iniciais e vê que ela está segura, aí a gente começa a trabalhar os sentimentos despertados.” -P3

“Saber escutar, ouvir, dar esse suporte que ela precisa e depois poder pensar em apoio. Pensar sobre quem poderia dar apoio para essa mulher, fornecer ajuda, criar grupos da sociedade civil mesmo de suporte, virtuais [...]” -P4

Diante dos recortes acima, é possível perceber que as psicólogas entrevistadas entendem que desde o primeiro atendimento com as vítimas as questões do acolhimento, não julgamento e de uma escuta atenta - que não reproduza discursos machistas - são extremamente importantes para que a mulher se sinta segura, como também retorne e continue realizando acompanhamento psicoterapêutico. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), é fundamental a realização de uma escuta humanizada, sem preconceito ou julgamentos e com sigilo. Nas entrevistas realizadas, as psicólogas reforçaram que a escuta e acolhimento podem promover um

momento de reflexão das condições pessoais das vítimas, deixando-as mais confiantes para seguir lutando e questionando as violências sofridas. As falas a seguir evidenciam tais aspectos:

“Então eu acho que em qualquer caso esse vínculo, essa aliança são importantes. Você precisa ser esse ponto de apoio, que é diferente de todas essas outras pessoas que falam ‘tu precisa largar esse cara’ [...]. Pode ser que chegue o momento de pensar ‘vamos pensar na tua vida sem esse cara’ e daí o vínculo que irá fazer a paciente ficar ou não no processo terapêutico.” - P6

“É dar a mão acolher, mas não segurar, é estar junto para enfrentar. É esse o objetivo que eu busco em um primeiro atendimento.” -P2

Aguiar e Roso (2016) acrescentam, ainda, que o papel do psicólogo é de potencializar a reflexão da mulher sobre os agentes formadores da sua subjetividade, a fim de auxiliá-la a compreender as violências que foram lhe constituindo desde o nascimento, emponderando-a para que seja agente transformadora da sua própria realidade. Além disso, Hirigoyen (2006) profere que outro objetivo do atendimento psicológico é fazer com que as vítimas resgatem sua condição de sujeito, autoestima, desejos e potencialidades que ficam anuladas ao longo das relações violentas. No entanto, as psicólogas entrevistadas destacaram que esse é um processo gradual e que deve respeitar o tempo de cada mulher, pois cada uma constrói formas de enfrentamento e dar-se conta do quanto estavam alienadas de si mesmas gera um sofrimento que precisa ser acolhido por cada mulher. As falas a seguir demonstram algumas dessas percepções:

“[...] o psicólogo precisa ter consciência de que se essa mulher chegou ali, ela já ouviu de um monte de gente que ela precisa largar esse homem. Então se tu vai ser mais um a dizer isso, ela não vai continuar, porque isso ela já ouviu de um monte de gente. Ela não precisa desse julgamento”. -P6

“A mulher, ela já vem com todas as culpas né. Então trabalhar isso ‘tu não tem culpa, aconteça o que acontecer’. A mulher ela já vem avaliando que ela errou, que ela é culpada e que ela precisa de um castigo. Então trabalhar essa questão da culpa e formar redes de apoio.” - P4

“Tem que sempre buscar resgatar as potencialidades, não o que essa mulher não conseguiu fazer, mas o que ela pode dar conta sabe, porque às vezes elas estão tão fragilizadas que é como se elas não se autorizassem a fazer mais nada. A autoestima é baixa, não consegue perceber que tem o potencial ali.” -P3

“[...] fazer parte desse rompimento desse ciclo de violência, desse empoderamento dessa mulher, fazer parte disso tudo da forma mínima que seja, com um acolhimento, com uma palavra, com uma escuta que seja da mínima forma podendo auxiliar na busca dessa mulher para a liberdade dela, liberdade financeira, física, isso gera uma felicidade, é um contentamento muito grande.” -P1

Tendo em vista que a violência contra mulher é compreendida como um fenômeno que, independentemente de idade ou contexto social, ocorre em diversas culturas, a questão do

cuidado para não se patologizar a violência emerge como último aspecto a ser discutido nessa categoria. Segundo Moysés e Collares (2020, p. 33), “a naturalização dos padrões de comportamento, ao levar à crença generalizada de que se deve agir segundo determinados moldes, é um dos elementos fundantes da submissão, do não questionamento, da docilização dos corpos e mentes”. Assim, a normatização da vida transforma os problemas que escapam do ideal social em doenças e gestos simples são patologizados, classificados pelo DSM. Esses processos constituem novas formas de violência, principalmente se pensarmos na temática da violência contra mulher, pois acabam reafirmando o lugar de submissão feminina, colocando-a novamente no lugar de doente, que precisa de algum tratamento medicamentoso para os sofrimentos.

De acordo com as psicólogas, é primordial que no decorrer do processo clínico se tenha muito cuidado ao ouvir essas mulheres para não alimentar a lógica de diagnosticá-las como ansiosas, depressivas etc., pois tal fato confirma o pensamento de culpa que elas possuem. Deve-se cuidar para não se corroborar com o discurso social machista de que a mulher quem precisa de tratamentos, colocando sobre ela o estereotipo da loucura, conforme ilustrado a seguir:

“Então a gente tem que cuidar que essas estruturas, sejam elas representadas por instituições de tratamento, que geram conhecimento para que elas não sejam mais um instrumento que vai ratificar que a mulher realmente é o problema. Porque ela é depressiva, ela é ansiosa, ela é a descontrola, ela que tem a personalidade instável, ela é a louca.” - P4

“É saber qual o meu lugar nessa caminhada. É da pessoa, é dela, eu vou com ela ajudando a questionar, a enxergar ela mesma. Se a gente for pensar em qualquer contexto de psicoterapia as coisas levam tempo, imagina nesses contextos em que o olhar para si, ele é construído a partir da violência. [...] desconstruir isso é imenso. Por isso a importância de respeitar o tempo de cada uma, o processo, o entendimento que tem de si.” -P5

Isso posto, emergem enquanto reflexões, que apesar das profissionais psicólogas terem dado grande ênfase para os aspectos relativos ao acolhimento, vínculo, escuta e a não patologização da violência nos atendimentos, ainda há uma falta de estudos teóricos que investiguem mais a fundo as percepções de psicólogos sobre a clínica com mulheres vítimas de violência. Salienta-se, no entanto que mesmo com pouco embasamento teórico as falas ilustradas nessa categoria podem ser entendidas como o início de uma discussão acerca dos atendimentos psicológicos, reforçando pontos a serem (re)pensados sobre como está sendo a escuta dos profissionais que se encontram no mercado de trabalho e atendem casos complexos de violência. Que essa categoria possa servir como disparadora para reflexões dos psicólogos que vierem a ler a pesquisa.

4.4 De mulher para mulher: os atravessamentos da escuta

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.”

Simone de Beauvoir

A construção sócio-histórico-cultural da profissão de psicólogos(as) no Brasil, como as demais profissões, é bastante marcada pela dimensão de gênero, no qual são associadas a rótulos de femininas e/ou masculinas. Figuerêdo e Cruz (2017) corroboram que a visão da Psicologia como uma profissão feminina foi construída culturalmente assim como a de outras profissões ligadas ao cuidado, como se tal procedimento de assistência fossem atribuição e função típica e exclusiva das mulheres. É possível perceber o predomínio feminino na profissão pela própria coleta de dados realizadas nesse estudo, no qual dos nove profissionais entrevistados, oito foram mulheres. Diante disso, destaca-se que as percepções e reflexões contidas nessa pesquisa provêm em sua maioria de mulheres, com histórias de vida distintas, mas que se assemelham tanto pela profissão escolhida, como também por terem se constituído dentro de padrões culturais patriarcais. Pensando nisso, essa última categoria se destina a discorrer sobre as percepções das psicólogas entrevistadas, problematizando o lugar de ser uma mulher e ao mesmo tempo ocupar o lugar de escutar o sofrimento de outras mulheres na clínica psicológica. Para isso, essa categoria dividiu-se em: “*ser mulher*”; “*ser psicóloga*” e “*desafios e frustrações*”.

A autora Schwerz (2022), profere que os indivíduos são moldados a partir do contexto histórico e da cultura que estão inseridos, reforçando inclusive que mesmo que alguns elementos se modifiquem nas gerações, as ressonâncias disso permanecem e impactam nas relações sociais, espirituais e familiares. Nesse sentido, as formas de violência atravessam os sujeitos desde o início da vida e perpetuam naturalizadas, sob a lógica de reprodução de dominação do masculino sobre o feminino. Pensando nisso, as psicólogas entrevistadas – cada uma a seu modo – expressaram a importância de olharem para suas próprias histórias, bem como problematizarem mais a fundo as questões de construções culturais e gênero, para assim conseguirem aperfeiçoar a escuta e acolher mulheres que sofreram/sofrem violências em seus consultórios.

As formas de reprodução de violência estão tão arraigadas na constituição do feminino, que as próprias profissionais admitiram começar a questionar suas existências, relações familiares e amorosas estabelecidas. Diante disso, torna-se importante retomar a questão da naturalização da

violência, apoiada em construções históricas, como o patriarcado, o sexismo, o machismo e a misoginia, aspectos da cultura que, conforme Fernandes e Natividade (2020), acabam perpetuando a violência, pois tomam como naturais situações de desigualdade de poder. Percebe-se que muitas mulheres e psicólogas nunca haviam parado para se questionar acerca das formas de violência até iniciarem atendimentos com essa temática que lhes desacomodou. Olhar para esse fato comum nas falas reitera o quanto as mulheres, como um todo, vivenciam micro violências diárias, que passam despercebidas aos olhos, pois foram subjetivadas a normalizar tais condutas. As falas a seguir ilustram brevemente esse lugar de ser mulher e ser psicóloga:

“É muito mais que uma escuta, é um acolhimento né e nesses 20 anos então foram inúmeras experiências, foram inúmeras vivências... que foi assim me tornando, não sou uma profissional com outro olhar, mas também uma mulher com outro olhar, um ser humano com outro olhar, uma mãe com outro olhar [...]” -P7

“Na minha vida eu também fui violentada, eu acho que de alguma forma ou de outra a gente já sofreu violência, todas as mulheres, não tão graves assim de sofrer um dano físico ou psicológico permanente, mas eu acho que a gente...já toda nós, já sofreu violência de alguma forma né. E quando a gente vai se dando conta assim dessa sociedade machista que a gente a gente vive, também vamos se dando conta de pequenas violências que acontecem todos os dias.” -P6

“Nós impactamos e temos que nos impactar, somos humanas. E quando a gente atende alguém a gente não pode deixar de levar em conta os nossos sentimentos, a gente não é neutra, a gente não tá ali sendo apenas uma ouvinte, a gente está acolhendo. Então já teve vezes que abracei mulheres, que chorei junto com mulheres e isso só fortalece o vínculo terapêutico que a gente cria.” -P4

“[...] não consigo definir uma forma de violência que mais me impacta né no atendimento a essas mulheres, porque de alguma forma todas têm um impacto na minha escuta, nas minhas reflexões, então não consigo definir algum, porque para mim todas as formas de violência são uma violência, então não importa o grau, não importa o tipo para mim elas surtem um impacto de qualquer forma e de qualquer maneira” -P1.

Trabalhar com mulheres vítimas de violência é desafiador, pois cada cultura, família e casal possui definições próprias para esse assunto. No entanto, destaca-se que existem regras e limites pessoais e sociais que devem ser respeitados nas relações interpessoais. Diniz e Angelim (2003), afirmam que se constitui um desafio lidar com os sentimentos que a violência desperta, principalmente quando de alguma forma existe uma ressonância afetiva, como é o caso das mulheres que trabalham com essas situações. Nota-se pelas falas das entrevistadas, que é inevitável no atendimento a situações de violência não se sensibilizar, se questionar e até mesmo se frustrar frente as histórias que são confidenciais no *setting* terapêutico. As psicólogas corroboraram que se sentem impactadas pelos discursos e vivências das vítimas, repensando seu

lugar enquanto mulheres, mães, filhas e profissionais. Os recortes a seguir ilustram essas perspectivas:

“Porque realmente não tem como a gente sair ileso né, de não se questionar muitas vezes e até não se frustrar muitas vezes nesse tipo de atendimento né [...]” -P7

“[...] não consigo definir uma forma de violência que mais me impacta né no atendimento a essas mulheres, porque de alguma forma todas têm um impacto na minha escuta, nas minhas reflexões, então não consigo definir algum, porque para mim todas as formas de violência são uma violência, então não importa o grau, não importa o tipo para mim elas surtem um impacto de qualquer forma e de qualquer maneira.” -P1

Dessa forma, torna-se importante pensar também sobre as frustrações que os atendimentos com vítimas de violência doméstica provocam nas profissionais. Segundo Penso *et al.* (2010), atuar com questões de violência tem um alto custo emocional e sentimento de frustração nos sujeitos, pois o processo envolvido para a libertação de ciclos violentos é longo e diversas vezes não possui uma resolutiva de fato. As psicólogas proferiram que o principal ao atender as mulheres é respeitar o tempo de cada uma, bem como os recursos que escolherá para enfrentar a violência. Algumas mulheres irão levar anos, outras irão recorrer aos meios judiciais e outras podem escolher permanecer com o agressor. No entanto, o papel do profissional de psicologia frente a essas situações não deve ser de julgamentos, mas sim de orientação e acolhimento, conforme já foi percorrido na pesquisa. As falas a seguir evidenciam esses sentimentos de frustração frente aos casos, bem como também reforçam a importância de caminhar junto com a vítima, pois ela é quem deve ser a protagonista da sua história:

“Elas estão tão fragilizadas que muitas vezes não conseguem fazer essa mudança e acabam voltando ao convívio deste agressor. Então, acabam se submetendo ao convívio desse agressor e acham que viver isso mesmo. E aí que a gente se frustra muito né? Porque a gente faz todo um trabalho de poder se dar conta, de respaldar, mas talvez nós mostram que ela não está no momento pronta para se retirar e sair, encerrando esse ciclo de violência.” -P3

“A gente precisa ter uma escuta que precisa captar todas essas nuances que não são só do indivíduo, mas que é de uma cultura, tem todos esses recortes de gênero, mas ao mesmo tempo podendo compreender que esse processo é da pessoa e não nosso. Ir caminhando junto, esse protagonismo não é nosso.” -P5

A partir dos recortes elencados nessa categoria, percebe-se o quão significativo e sensível é o trabalho de psicólogas que atendem situações de mulheres vítimas de violência. Essa categoria foi escolhida para finalizar a análise de dados, justamente com o intuito de que o leitor pudesse perceber que todas as mulheres, independentemente da época, encontram-se atravessadas pelas construções culturais, no qual são impostos os lugares ditos como do feminino. Inclusive, a

própria profissão de psicologia é permeada por questões de gênero, caracterizada como sendo vinculada ao cuidado e a mulher, conforme já exposto. Por esse motivo se torna tão potente ressaltar nessa pesquisa as percepções de mulheres que escutam mulheres, identificando-se com seus sofrimentos e vivências.

Assim, percebe-se que as indagações dessa categoria provocaram em todas as profissionais reflexões acerca da prática clínica e das formas como se constituem enquanto mulheres e psicólogas, afinal é impossível não se implicar. Salienta-se que, a partir das falas, é possível pensar o quanto a clínica psicológica também está imersa pelos pressupostos históricos de naturalização das diversas formas de violências. Nesse sentido, emerge a importância de problematizar o lugar de todos os psicólogos frente a escuta de mulheres na contemporaneidade. Reflete-se a necessidade dos profissionais de estarem atentos(as), sobretudo, para não reproduzirem situações de violência contra mulheres, cuidado ao estabelecer vínculo com uma mulher fragilizada, para que a relação sutilmente não seja pautada no autoritarismo, na agressividade e na reprodução de discursos enraizados que incentivam a dependência, reafirmando o lugar de culpa a figura feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a investigar a percepção de psicólogos sobre a clínica com mulheres vítimas de violência doméstica, buscando entender um pouco mais acerca do processo de psicoterapia, os sentimentos que são despertados nos profissionais, as principais formas de violência relatadas que impactam na escuta e compreender as questões que são geradoras do sofrimento físico e psicológico. Diante disso, para a surpresa da pesquisadora, o estudo recebeu um recorte de gênero desde a coleta de dados, possuindo como protagonistas, oito psicólogas com trajetórias distintas, com reflexões e sentimentos singulares frente as questões de violência. Apesar das entrevistas terem sido semiestruturadas, os questionamentos serviram como disparadores para problematizações complexas e todas as falas foram de muita sensibilidade, pois desafiaram as psicólogas a se entenderem enquanto frutos de uma cultura que naturaliza e silencia a força feminina.

Das mulheres entrevistadas, todas possuíam trajetórias de vida e abordagens teóricas diferentes, tais aspectos tornaram as discussões muito ricas, demonstrando que mesmo com as diferenças, a temática da violência contra mulher emerge na clínica com grande força, exigindo do profissional conhecimentos não somente da área de psicologia, mas também das construções culturais que perpassam as gerações e (re)produzem discursos permeados pelo machismo, desigualdade de gênero, sexismo e misoginia. Inclusive, a questão da dificuldade das vítimas de busca por psicoterapia, assim como de dar seguimento ao processo, emergiram como aspectos importantes nas entrevistas. Ressaltou-se a dificuldade das mulheres de perceberem as violências sofridas, bem como de não conseguirem lidar com os sentimentos de culpa e vergonha, provocados pelos julgamentos familiares e sociais.

Em relação ao processo de psicoterapia, independentemente das abordagens, todas as profissionais elencaram a importância de nesses casos ser feito um acolhimento, criar um vínculo com a vítima, proporcionar um espaço de sigilo, livre de julgamentos e de sempre questionar as formas que está se escutando essa mulher, salientando que é comum, infelizmente, banalizarmos comportamentos violentos e acabar reproduzindo-os, até mesmo nos atendimentos. A partir disso, as psicólogas trouxeram inúmeras reflexões acerca das questões vinculadas ao adoecimento físico e psíquico das vítimas, corroborando as a violência na grande maioria dos casos é cíclica e inicia desde a infância de muitas mulheres. O sofrimento gerado quando não exteriorizado, começa a se manifestar através do corpo, sendo somatizados através dos mais diversos sintomas.

Isso posto, tendo em vista que a pesquisa teve como base o protagonismo feminino, um dos principais aspectos de reflexão foi justamente os desafios e frustrações de mulheres que também são mães, filhas, profissionais e possuem suas existências produzidas dentro da mesma lógica patriarcal. O trabalho contém falas intensas do quão duro é ouvir mulheres em situação de violência, bem como reiteram para a necessidade de os psicólogos refletirem diariamente acerca da prática profissional, cuidando para não reproduzirem atos de violência no próprio fazer cotidiano. O fato de ser mulher e psicóloga provoca muitos atravessamentos, expostos da maneira mais fidedigna possível nesse trabalho, com intuito de que outras profissionais possam, ao ler, sentir-se abraçadas e incentivadas a questionar o lugar que ocupam enquanto mulheres na sociedade.

Diante disso, percebe-se que a temática escolhida para esse trabalho de conclusão de curso não se esgota nesse estudo, pelo contrário, pois contém apenas uma parcela de todas as reflexões que foram propostas pelas psicólogas pensando no lugar que ocupam hoje na clínica ao ouvirem mulheres vítimas de violência. Além disso, o trabalho possibilitou diversas novas indagações em relação ao feminino na contemporaneidade, bem como possui margens para ser ampliado em um futuro. Cabe destacar, inclusive, a dificuldade de encontrar matérias potentes sobre o tema em questão, fato que provoca reflexões sobre a naturalização e banalização das situações de violência muitas vezes por profissionais da psicologia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. A. DE. O acolhimento psicológico como dispositivo de orientação às mulheres vítimas de violência: novas possibilidades para atuação do profissional de Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 207, p. 99-107, 7 ago. 2018

AGUIAR, Gracielle Almeida de; ROSO, Patrícia Lucion. O empoderamento de mulheres vítimas de violência através do serviço de acolhimento psicológico: caminhos possíveis. in: Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais XIII**. Rio Grande do Sul: Mostra Internacional de Trabalhos Científicos, 2016. p. 1-15. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15876>. Acesso em: 23 jun. 2022.

AVILA, Lazslo Antonio. O corpo, a subjetividade e a psicossomática. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 51-69, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382012000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jun. 2022.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball(bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE**, I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 2011, Curitiba. Anais [...] . Curitiba: Fap-univille, 2011. p. 329-341. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 6 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BENETTI, Silvia P. C.; CUNHA, Tatiane R. S. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 48-59, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jun. 2022.

BITTAR, Danielle; KOHLSDORF, Marina. Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência doméstica. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 31, n. 74, p. 447-456, 24 nov. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20447/19707>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Sório-Libanês de Ensino e Pesquisa. Protocolos da Atenção Básica - **Saúde das mulheres**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016**, in DOU nº 98, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. **Documento de Referência para Atuação dos Psicólogos em Serviços de Atenção à Mulher em Situação de Violência.** Brasília, dez. 2013. Disponível em: <http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. In: CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: lei Maria da Penha comentada artigo por artigo.** 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p 57-61.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; ANGELIM, Fábio Pereira. Violência doméstica: por que é tão difícil lidar com ela?. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 20-35, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/14-Texto%20do%20artigo-28-1-10-20220329.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/7dTyvpTbPQW9XfFsgk4shcn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino da. A naturalização da violência contra a mulher / The naturalization of violence against women. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 76076-76086, out. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17903>. Acesso em: 7 set. 2021.

FIGUERÊDO, Raiza Barros de; CRUZ, Fatima Maria Leite. Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de psicologia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 803-828, mai/ago. 2017.

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas.** 2006. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Fundação Bahiana Para O Desenvolvimento das Ciências, Salvador-Ba, 2006. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FORMIGOSA, Flávio Breno Cruz. Acolhimento como estar junto: vidas que importam. **Interagir: pensando a extensão**, [S.l.], v. 1, n. 28, p. 80 - 87, ago. 2020. ISSN 2236-4447. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/53546/34579>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 219-227, abr/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4bDDdbpnCGcM69sZSkf79GM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GARCIA, Marilúcia Vieira *et al.* Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 24, n. 11, p. 2551-2563, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vVddcQ8YFzw3Gp3SJYZ735F/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 36, p. 514-522, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9LhJc4n8HhWd4HVtCmTVSvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire. Homens desvelando as formas da violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 262-267, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/RKXGb4gvpPNTThKnWmtBgvrz/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 12 set. 2021.

HANADA, Heloisa. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02062008-103651/publico/HeloisaHanada.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HUDSON, Bruna Cristina da Silva; COSTA, Marjory Laiane Ferreira. Contribuições da Psicologia para o Serviço de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais. In: NASCIMENTO, Júlio César Pinheiro do (org.). **Educação e Interfaces da Segurança Pública: construções e atualizações**. Catu: Bordô Grena, 2021. p. 195. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Educacao-e-interfaces-da-seguranca-publica.pdf#page=115. Acesso em: 20 jun. 2022.

MACHADO, Carla. Intervenção psicológica com vítimas de crimes: dilemas teóricos, técnicos e emocionais. **International Journal Of Clinical And Health Psychology**, Portugal, v. 4, n. 2, p. 399-411, 2004. Disponível em: http://www.aepc.es/ijchp/articulos_pdf/ijchp-115.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

MARTINS, Pedro Paulo Almeida; NASCIMENTO, Marla Anaiê Belfort do. O Problema Social com a Violência de Gênero com a mulher: um desafio na sociedade com o enfrentamento desenfreado por questões e cuidados com o direito à vida. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 5, p. 782-791, maio 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1240/563>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. 2012. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário de Brasília - Uniceub, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: a patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, São Paulo, [s.l.], n.57, p. 31-44, 2020. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/11>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 jun. 2022.

PENSO, Maria Aparecida *et al.* O atendimento a vítimas de violência e seus impactos na vida de profissionais da saúde. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 28, n. 1, p. 137-152, jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435012.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PIMENTA, Jucilane Costa. **Violência Contra Mulher: um desafio para a atenção básica à saúde**. 2011. 29 f. TCC - Curso de Curso de Especialização em Atenção Básica da Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares, 2011. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3829.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

PORTO, Madge. Violência Contra a Mulher e Atendimento Psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do sus. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Universidade Federal de Pernambuco, v. 26, n. 3, p. 426-439, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bFwrhK5bWyYZ6xLqv9mpHzk/?lang=pt#>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 297-306, abr/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/gwzgz4JHX8Mc4SLpmBBTk8kf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.

PRIORE, Mary del. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013. 198 p.
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Renata; BUSSINGER, Elde. A cultura do estupro e o poder disciplinar nos corpos femininos na perspectiva foucaultiana. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503338150_ARQUIVO_ArtigoCompletoFG-RenataBravoeEldaBussinguer.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

SCHWERZ, Rosana Maria. **Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga?** Os enlaces entre transferência e violência. 2022. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235658/PPSI0992-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SOARES, Bárbara M.. **Enfrentando a Violência contra a Mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários (as)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2005. 63 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>. Acesso em: 25 set. 2021.

SOUZA, Hugo; CASSAB, Latif. Feridas que não se curam: a violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (org.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 47- 67.

TIMM, Flávia Bascañán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 22, n. 11, p. 247-259, dez. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2021.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 24 maio. 2021.

APÊNDICE A – ENREDO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

- 1-** A complexidade que envolve a questão da violência contra a mulher exige do psicólogo que realiza os atendimentos psicoterapêuticos dar conta de inúmeras demandas. Nesse sentido, como é para você trabalhar com as questões de violência doméstica contra mulher?

- 2-** Como você define o perfil das mulheres que sofrem violência e que buscam atendimento psicológico na atualidade?

- 3-** Como é a adesão ao processo psicoterápico dessas pessoas?

- 4-** Você pode me falar como é o início do atendimento psicoterápico com essas mulheres?

- 5-** Pensando em tudo isso, o que você acredita ser mais importante nas intervenções do psicólogo nesses casos?

- 6-** Durante os atendimentos clínicos, quais são as formas de violência relatadas pelas mulheres que mais lhe impactam?

- 7-** Como você compreende o processo de adoecimento das mulheres que vivenciaram violência doméstica?

- 8-** Como é para você escutar essas situações de violência? (Caso seja mulher), quais reflexões emergem enquanto mulher e psicóloga?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado “As Percepções de Psicólogos sobre a Clínica com Mulheres que sofreram Violência Doméstica”, que pretende compreender as percepções de psicólogos sobre a psicoterapia com mulheres vítimas de violência doméstica, vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é o professor Jerto Cardoso da Silva, que poderá ser contatado a qualquer tempo através do número (51)991974045 e do e-mail jerto@unisc.br.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são: ser psicólogo que atue na área clínica há no mínimo um ano, que possua experiência em atendimentos de casos de violência contra a mulher e que tenha trabalhado em algum serviço e/ou programa de atenção a mulheres vítimas de violência. Sua participação consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, composta por questionamentos que visam compreender suas percepções ao longo da experiência clínica sobre os atendimentos com mulheres que sofreram violência doméstica, processos de adoecimento psíquico das vítimas e investigar quais são as intervenções clínicas que auxiliam nos processos de psicoterapia. Essa entrevista ocorrerá no período de abril de 2022, em uma data e horário previamente combinados ou através de vídeo chamada pela plataforma Google Meet, e terá um tempo médio de duração de uma hora, podendo se estender até uma hora e meia. A entrevista acontecerá da seguinte maneira: primeiramente será lido esse documento e após o consentimento de participação será dado início ao questionário semiestruturado e você poderá iniciar sua fala do modo que sentir-se confortável.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como o constrangimento em relatar algumas vivências pessoais ocasionadas durante os atendimentos psicoterapêuticos experienciados ao longo do exercício da profissão, bem como, através dos questionamentos propostos, podem vir à tona emoções acerca das possíveis dificuldades enfrentadas ao ouvir as vítimas de violência, lembrando momentos delicados. Caso isso aconteça, visando minimizar esses riscos/desconfortos, será realizada uma pausa na entrevista para um momento de escuta das questões e sentimentos despertados e, caso necessário, os participantes serão encaminhados para um serviço referência de saúde mental da região. Por outro lado, as falas e respostas que emergirem trarão enquanto benefícios para os participantes do estudo: proporcionar um espaço para o compartilhamento de suas experiências clínicas, abordando um assunto tão complexo socialmente, como também obter informações a partir do trabalho final, o qual proporcionará ao participante uma qualificação de sua prática profissional. Ainda, no âmbito acadêmico e social, o estudo trará benefícios e contribuições para a construção do conhecimento acerca das percepções

de psicólogos sobre a psicoterapia com mulheres vítimas de violência doméstica. Assim, acadêmicos de psicologia e outros psicólogos poderão se beneficiar ao ter acesso aos dados da pesquisa, pois poderão compreender um pouco da realidade vivenciada pelos profissionais nos atendimentos psicoterapêuticos dessas mulheres e das formas de intervenções clínicas que auxiliam no processo de atendimento das vítimas.

Para sua participação nessa pesquisa você não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza. Ao final da pesquisa você terá acesso aos resultados através de seu e-mail, pois lhe será enviado o trabalho finalizado.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

** O/a participante dará seu consentimento durante a entrevista, a qual ficará gravada como documento comprobatório.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do seguinte endereço: Av. Independência, 2293, Bloco 13 - Sala 1306; ou pelo telefone (51) 3717-7680; ou pelo e-mail cep@unisc.br

